

Avenida Marechal Castelo Branco, s/nº - Centro São Gonçalo do Piauí – PI CEP: 64.435-000 CNPJ: 06.105.586/0001-35

PROJETO DE LEI Nº 004/2025 DE 07 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a proteção de dados pessoais no âmbito do Município de São Gonçalo do Piauí e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1º** Esta Lei estabelece normas sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, no âmbito do Município de São Gonçalo do Piauí, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade.
- **Art. 2º** A disciplina desta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada no território municipal, inclusive por entes públicos, observadas as disposições específicas para o setor público.

Parágrafo único. Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados:

- $\rm I-realizado$ por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;
- II realizado para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos ou acadêmicos;
- III destinados à segurança pública, defesa nacional ou atividades de investigação criminal, que serão regulados por legislação específica.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS E DIREITOS

- Art. 3º O tratamento de dados pessoais deve observar os seguintes princípios:
- I Finalidade: realização para propósitos legítimos específicos e informados ao titular:
 - II Adequação: compatibilidade com as finalidades declaradas;
 - III Necessidade: limitação ao mínimo indispensável para a finalidade;
- ${
 m IV}$ Livre acesso: garantia de consulta facilitada e gratuita sobre o tratamento:



Avenida Marechal Castelo Branco, s/nº - Centro São Gonçalo do Piauí – PI CEP: 64.435-000 CNPJ: 06.105.586/0001-35

- $\mbox{\ensuremath{V}}-\mbox{\ensuremath{Q}}\mbox{\ensuremath{u}}\mbox{\ensuremath{a}}\mbox{\ensuremath{d}}\mbox{\ensuremath{a}}\mbox{\ensuremath{e}}\mbox{$
 - VI Transparência: informações claras e acessíveis sobre o tratamento;
- VII Segurança: adoção de medidas técnicas e administrativas para proteção dos dados;
 - VIII Prevenção: adoção de mecanismos para evitar danos;
 - IX Não discriminação: vedação de tratamentos ilícitos ou abusivos.
 - Art. 4º São direitos do titular dos dados:
 - I Acesso facilitado às informações sobre o tratamento;
 - II Retificação de dados incompletos ou desatualizados;
 - III Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários;
 - IV Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço;
- $\ensuremath{V}-\ensuremath{Revoga}\ensuremath{\tilde{\text{ga}}}$ do consentimento, quando este for a base legal do tratamento;
- ${
 m VI-Informação}$ sobre entidades públicas ou privadas com as quais os dados foram compartilhados.

CAPÍTULO III

TRATAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

- **Art. 5º** O Município somente poderá tratar dados pessoais quando necessário para:
 - I Cumprimento de obrigação legal;
 - II Execução de políticas públicas previstas em leis municipais;
- $\,$ III Realização de estudos por órgãos de pesquisa, garantida a anonimização quando possível.
- **Art. 6º** Os sistemas municipais que envolvam tratamento de dados pessoais deverão garantir:
 - I Registro de acesso para fins de auditoria;
 - II Adoção de medidas de segurança da informação;
- III Nomeação de um encarregado pela proteção de dados (DPO), quando exigido.



Avenida Marechal Castelo Branco, s/nº - Centro São Gonçalo do Piauí - PI CEP: 64.435-000 CNPJ: 06.105.586/0001-35

CAPÍTULO IV

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

- **Art. 7º** Os agentes de tratamento de dados no Município devem:
 - I Manter registro das operações de tratamento;
- II Comunicar incidentes de segurança que possam causar risco aos titulares:
 - III Adotar medidas de governança em proteção de dados.
- Art. 8º A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá ao órgão municipal competente, um encarregado (DPO) sem prejuízo da atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CAPÍTULO V

SANÇÕES E PENALIDADES

- Art. 9º As infrações a esta Lei sujeitarão os responsáveis, conforme a gravidade, a:
 - I Advertência, com prazo para correção:
- II Multa de até 2% do faturamento do infrator (limitada a R\$ 50 milhões por infração);
 - III Suspensão ou proibição parcial/total das atividades de tratamento.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art.10° O Município promoverá campanhas de conscientização sobre proteção de dados.
 - Art. 11º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

São Gonçalo do Piauí, 07 de Maio de 2025

Ardiel Luís Nunes de Sousa

Presidente da Câmara Municipal



Avenida Marechal Castelo Branco, s/nº - Centro São Gonçalo do Piauí – PI CEP: 64.435-000 CNPJ: 06.105.586/0001-35

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como objetivo adequar o Município de São Gonçalo do Piauí às boas práticas de proteção de dados, conforme os princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018). A proposta visa garantir segurança jurídica e transparência no tratamento de informações pessoais por parte dos órgãos e serviços municipais.

Nesse contexto, destaca-se a importância da figura do Encarregado de Proteção de Dados (DPO – Data Protection Officer), que será o responsável por atender às demandas dos titulares de dados, garantindo a conformidade do município com a legislação vigente. O DPO atua como canal de comunicação entre o Município, os cidadãos e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), assegurando que o uso de dados pessoais ocorra de forma ética, legal e transparente.

São Gonçalo do Piauí, 07 de Maio de 2025

Ardiel Luís Nunes de Sousa
Presidente da Câmara Municipal